

"EDUCAR OS EDUCADORES": REPRESENTAÇÕES IMPRESSAS SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE A PARTIR DO CONTEXTO CEARENSE DOS ANOS 1940.

Manuelle Araújo da Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
manuelle.araujosilva@yahoo.com.br.

A pesquisa tem por objeto as representações sobre o ser docente na escrita jornalística do Prof. Antonio Coelho Sampaio, autor da coluna semanal denominada *Ensino e Educação*, seção fixa do jornal *Gazeta de Notícias*, que circulou na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, entre os anos de 1944 a 1950. Tem-se por objetivo investigar como se construíram representações sobre o ser docente a partir do contexto local do Ceará no período dos anos 1940. Do micro ao macro e do macro ao micro, através do recurso metodológico dos jogos de escala, Revel (1998); tem-se por interesse os seguintes questionamentos norteadores: como se construíram ideais e representações para o professor no período em análise? De quais formas foram pensadas finalidades para a prática docente? Até que ponto o magistério era representado mais próximo de termos como profissão e ofício do que ligado a elementos como missão e penitência? Autoras como De Luca (2005), Capelato (1988), Bastos (2002) e Catani (1997) são fundamentais para subsidiar a postura metodológica diante dos periódicos, fontes principais deste artigo. Tem-se como hipótese que, ao longo dos seus posicionamentos sobre Educação, uma concepção missionária da docência se sobrepôs aos elementos de profissão da função docente.

Palavras-Chave: Educação, Imprensa, Coelho Sampaio.

Aqui é que nos apresenta uma grande interrogação: Poder-se-ia criar uma metodologia para o mestre? (SAMPAIO, 1944, p. 5).

O presente artigo objetiva investigar de quais formas a prática do magistério, em geral, e o conceito de professor, em específico, foram ponderados na escrita de Coelho Sampaio na coluna *Ensino e Educação* no Ceará dos anos 1940, variando temporalmente e geograficamente as escalas de observação.

Como se construíram ideais e representações para o professor no período em análise? De quais formas foram pensadas finalidades para a prática docente? Até que ponto o magistério era representado mais próximo de termos como profissão e ofício do

que ligado a elementos como missão e penitência? O imaginário atrelado à profissão docente tinha distinções a depender do gênero do profissional? Esses questionamentos norteiam as discussões deste escrito.

A epígrafe citada foi retirada do primeiro número da coluna *Ensino e Educação*, publicada em janeiro de 1944¹. Nela, Coelho Sampaio escolheu como tema para sua primeira carta enviada à *Gazeta de Notícias*, com vistas à publicação na já referida seção do jornal, discorrer sobre as diferenças entre ensinar e educar, como seu título sugere. Entretanto, a abordagem desse assunto – que poderia ser desenvolvida de várias formas – foi feita sobretudo com enfoque na figura do professor.

À primeira vista, eleger ponderações sobre a figura do professor como tema do número de estreia da sua coluna sugere que esse assunto é imbuído de relevância no âmbito de suas preocupações sócio-educacionais. Tal suposição inicial, após se rastrear por um todo a coluna *Ensino e Educação* ao longo de seus 87 números, é confirmada: um dos temas educacionais refletidos com maior recorrência e relevância para Sampaio são postulações sobre ser professor e o ato de ensinar. Delimitar os contornos da função docente se configurava como uma das preocupações mais constantes e proeminentes ao longo das publicações dessa seção da *Gazeta de Notícias*.

Logo em seguida do questionamento utilizado neste texto como epígrafe existe um posicionamento de Coelho Sampaio:

Nêste ponto de vista eu desacredito em qualquer realização praticavel. Nem todos os sistemas, quasi sempre proprios dos mestres, adaptar-se-iam a uma regra geral. Cada um, que se dedica de corpo e alma ao ensino, deve formar o seu auto-método. (SAMPAIO, 1944, p. 5).

Algo a ser ressaltado é que a escrita dos artigos, sempre redigidos em primeira pessoa, fornece indícios para afirmar que seus textos ganham moldes opinativos sobre o

¹ Há a propaganda do Curso Primário do Instituto São Raimundo, cuja fundação e direção é do Prof. Sampaio, na mesma página da coluna. Em contrapartida, não há a informação, nem no anúncio e na referida seção jornalística, de que o Coelho Sampaio era diretor do referido Instituto. Com o passar dos anos, nas publicidades do colégio, as explicitações dos vínculos entre instituição e direção escolar foram comumente explicitados nos anúncios escolares. Já a assinatura dos artigos era composta apenas pelo nome da autoria, sem constar algum tipo de filiação do autor. Na *Gazeta de Notícias*, jornal em que se publicou a coluna, era mais comum que se explicitassem os vínculos dos autores de editoriais e reportagens quando se tratava de colaboradores esporádicos.

problema que se fala. Há demarcações claras que separam o que estaria mais próximo de uma revisão bibliográfica dos temas e a sua responsabilidade de fala.

Existem, então, com recorrência, citações de autores vários para respaldar seus argumentos ou para refutar outros, mas também constam, no mais das vezes, os contornos de suas opiniões. Em contrapartida a essa afirmação vista no excerto citado, que está mais alinhada com princípios de autonomia do professor, sobre a possibilidade de construir-se e reconstruir-se constantemente em sua prática, bem como a descrença na elaboração e prática de uma metodologia única e homogeneizante para o ser professoral, deve ser ressaltado um conflito: na maioria das ocasiões em que são tratados, na coluna *Ensino e Educação*, ideais sobre o magistério, há esforços claros e demarcados sobre o que deveria ser ou ter, em sua opinião, o docente em sua prática didática.

Com recorrência, a coluna de Coelho Sampaio dissertava, em moldes de ensinamentos a serem seguidos, sobre como deveria ser a prática docente; quais indivíduos estariam aptos para o magistério, quais valores seriam indispensáveis para o professor, qual conduta deveria ter o mestre, entre outras ponderações sobre ser professor naquele período. Devendo-se ressaltar, inclusive, que dizeres sobre a conduta moral daqueles que se dedicavam ao ensino pareciam importar mais na sua argumentação do que propriamente ditames sobre como o professor deveria ensinar.

Tal posicionamento, que advogava prevalência de uma moral considerada ideal para o professor, mais até do que o domínio dos conteúdos, não poderia ser considerado específico dos raciocínios pedagógicos de Coelho Sampaio e muito menos ser entendido como uma investida própria daquele momento histórico.

No que atine aos institutos próprios para a formação docente no Brasil, ou seja, as chamadas Escolas Normais, destaca-se que a questão moral constava como preocupação prevalente desde o seu surgimento. Os primeiros decretos com vistas à criação de escolas normais no território brasileiro remetem às décadas de 30 e 40 do século XIX, e muitos desses decretos resguardaram hiatos entre criação e inauguração. (VILLELA, 2000) considera que a primeira escola normal brasileira a iniciar suas atividades, ainda nos anos 1830, foi a da cidade de Niterói, capital da província fluminense, e mesmo essa instituição já elegera como ponto fundamental determinar quais aspectos morais deveriam ter os candidatos à profissão.

Torna-se importante destacar, então, que desde esse processo denominado pela autora de início da formação institucionalizada de professores no Brasil, fatores como a moral e a conduta do professor eram considerados como mote determinante para o indivíduo ser avaliado como apto ou não para ser professor. Dito de outro modo: admitido ou excluído.

Dentre outros critérios também excludentes, como idade acima de dezoito anos e nacionalidade brasileira; nesse momento, ter o que seria considerada uma boa morigeração, isto é, portar atestado formal, sob aval de juízes e párocos, era exigência de matrícula.

Mais de um século depois, nos anos 1940, foi expedida a Lei Orgânica do Ensino Normal, na qual fatores morais ainda ditavam quais indivíduos poderiam ou não cursar as atividades do Ensino Normal. Mais especificamente, o decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, estabeleceu as seguintes exigências aos candidatos dessa modalidade de ensino: "a) qualidade de brasileiro; b) sanidade física e mental; c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente; d) bom comportamento social; e) habilitação nos exames de admissão" (BRASIL, 1946, p. 1).

Os critérios de sanidade mental, distúrbio funcional e bom comportamento social chamam atenção por pertencer mais vorazmente ao signo do subjetivo, regidos pelos padrões morais dominantes à época. Como visto a partir de fontes legislativas, existiu formalmente uma preocupação contínua em vigiar posturas e condutas dos candidatos a professores e dos profissionais em exercício.

Entretanto, ao longo do presente artigo, será possível compreender que no recorte espaço-temporal adotado neste trabalho, tal premissa não ficou confinada nas letras da lei: os professores estavam constantemente sob a mira da moralidade. Pode-se afirmar que a temática do magistério, no âmbito da coluna *Ensino e Educação*, advogava uma preponderância da atuação do mestre em relação ao papel dos educandos.

A própria disparidade entre as muitas edições da coluna que traziam questões sobre o fazer docente e os poucos números que discutiam a figura do aluno já é indicativo de que Coelho Sampaio julgava que o processo ensino-aprendizagem escolar se daria do mestre para o aluno, somente através do trabalho docente.

Ressalte-se que essa maneira de conceber a figura do professor não era a única forma de se pensar o processo educacional no período em escrutínio e mesmo em décadas anteriores. Durante este escrito, serão feitas articulações – no sentido de perceber diferenças e similitudes – entre o pensamento educacional de Coelho Sampaio e o contexto litigioso e efervescente entre os debates pedagógicos do período.

Como afirma a literatura destinada a pesquisar questões educativas em perspectiva histórica, desde a Primeira República no Brasil, três principais vertentes pedagógicas defenderam ideais próprios e levantaram bandeiras vinculadas a determinados setores sociais. Quais sejam: a Escola Nova, a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Libertária (GHIRALDELLI JUNIOR, 1990).

Cinco meses depois da publicação do primeiro número da coluna *Ensino e Educação*, foi veiculada, em uma das últimas páginas da *Gazeta de Notícias* do dia 01 de junho de 1944, a segunda edição dessa seção. Nela, Coelho Sampaio torna a trazer à baila as diferenças sobre instruir e educar, para expor o que, em sua opinião, deveria ser função do mestre.

Nesse escrito, foram traçadas noções de interdependência entre as ações de educar e instruir. Nele, afirma-se:

'A educação, propriamente dita, é o fim principal, que ninguém põe em dúvida; e a instrução, um dos meios empregados para conseguir o fim' J. Teixeira Macedo. (...) Os pedagogistas fazem até mesmo uma certa distinção entre o que instrue - o mestre - e o que educa - o educador. O mestre - procura formar valores, com fins objetivos; o educador - incentiva, desenvolve, no educando, as qualidades morais, o sentimento cívico; a religiosidade; e o amor à pátria. (...) Eis porque digo que o professor hodierno precisa ser não apenas mestre. Ele precisa, antes de tudo, ter em mente êsses problemas importantes da formação básica da criança, procurando moldar-lhe o caráter, aprimorar-lhe os costumes, aproveitar-lhe as tendências e dar-lhe base religiosa, também necessária, e preparando-a para a vida na sociedade de um modo perfeito. (SAMPAIO, 1944, p. 5).

A maioria dos textos de Coelho Sampaio possui como uma de suas características o ato de respaldar seus argumentos através de vários autores, das mais diferentes formações. Nesse número, em específico, foram citados Martins Aguiar, J. Teixeira Macedo, O' Schulz e Beckorff. Com a exceção de Martins Aguiar, apontado como filólogo, os demais não tiveram a área do conhecimento indicada por ele.

Em relação aos possíveis motivos do uso dessa citação, em específico, sabe-se que o filólogo foi professor de Língua Portuguesa no Liceu do Ceará à época da citação no texto colunar, ou seja, trata-se de um indivíduo coetâneo ao autor das colunas, ligado às causas da instrução. (NIREZ, 2010) qualifica-o como o maior filólogo cearense. Há de se destacar, também, que nesse período ser professor do Liceu conferia prestígio e legitimidade.

Torna-se importante situar essa personalidade, pois acredita-se que cada citação feita pelo autor das colunas Ensino e Educação, especialmente de sujeitos que com ele compartilharam o mesmo tempo histórico, possibilita sondar os enevoados rastros atinentes à sua rede de articulações sociais a partir desse lugar social de fala, que foi sua coluna.

Uma dificuldade de análise relacionada à opção metodológica de atentar aos autores citados por Sampaio é a de que na maioria das vezes não é explicitada a obra da qual o autor extraiu os excertos que utiliza e nem mesmo há a presença de seus nomes por completo. Quando muito, há algumas abreviações. Erros tipográficos também são comuns, visto que recorrentemente há adendos nos textos subsequentes da coluna, corrigindo-os.

A partir disso, têm-se margem para pressupor que os nomes dos autores, sobretudo quando estrangeiros, também podem conter erros de digitação. Nesse caso, a depender do grau de similaridade, considerar-se-á o nome corrigido. Joaquim Teixeira de Macedo, dentre os autores citados nesse número da coluna, chama a atenção por ter sua atuação como escritor com enfoque em questões pedagógicas principalmente na década de 70 e 80 do século XIX, sendo inclusive premiado em exposição pedagógica no Rio de Janeiro em 1883, em razão de suas obras sobre o ensino na Prússia. Joaquim de Macedo situa-se em um momento histórico no qual os intelectuais começaram a debater sobre novas maneiras de se pensar a causa educacional e as práticas de ensino consideradas renovadoras.

Isto é, esse autor está inserido em um movimento atento ao que se tornaria, no Brasil do século XX, sobretudo na década de 1920, denominado Escola Nova. Ressalta-se, inclusive, que na Europa, desde o início do século XIX havia iniciativas que

buscavam testar, no ambiente escolar, novas propostas pedagógicas. Teixeira de Macedo, nos dias atuais é bastante desconhecido e pouco citado na História da Educação.¹⁶³

Tal rastreamento de leitura de Coelho Sampaio torna-se relevante para a discussão, na medida em que fornece pistas para elucidar qual seria o tempo de sua escrita. Suas referências, no geral, pertencem mais ao século XIX do que do século XX. Há mais diálogos construídos a partir de escritores de momentos históricos anteriores, temporalmente, do que com intelectuais coetâneos ou com produções mais próximas de seu tempo.

Embora estivesse recorrentemente com os olhos fitados no futuro, preocupado com o porvir pátrio; bem como ponderando e citando fins e objetivos para o que seria um professor moderno, ou mesmo concentrando suas preocupações no que seria uma sociedade do futuro, a ser construída naquele momento; as legitimações de sua fala muitas vezes são construídas a partir de referências do tempo pretérito.

Apesar de assegurar, nesse segundo número da coluna, que o termo educador é mais imbuído de significados por ele admiráveis do que o verbete mestre, é mais comum nos seus escritos a utilização dos termos mestre, professor e mestre-escola. Nesse artigo, que ocupou 1/3 de uma das últimas páginas da Gazeta de Notícias, entre anúncios de produtos culinários e publicidades de bares da cidade, a função do professor foi caracterizada sobretudo a partir do prisma moral.

Nessa situação, ressaltou-se menos a moralidade do professor e mais uma preocupação com o que seria uma formação moral dos educandos pelo docente. Isto é, quanto mais o professor estivesse atento aos valores e princípios morais dos alunos, tanto mais ele estaria sendo assertivo em seu papel educacional.

Nesse excerto é possível observar que os atos de incentivar e aprimorar estão ao lado do propósito de moldar. Essa contradição é indicativa de um ponto importante: é bastante arriscado – ou mesmo equivocado – afirmar que as convicções educacionais de Coelho Sampaio pertencem integralmente a esta ou aquela vertente pedagógica.

Em outro artigo da coluna, publicado sem subtítulo, Sampaio clarifica um pouco mais o seu entendimento da profissão docente, em geral, e da noção de incentivo, por parte do professor aos alunos, em específico:

Há, entretanto, outros fatores de real necessidade pra dirigência de uma classe qualquer. Entre estes, a autoridade, o conhecimento pleno da matéria e o saber como estimular e desenvolver, as qualidades mais necessárias á formação dos educandos. Como um dos fatores imprescindíveis, dentre os citados, destaca-se o saber estimular. Difícil é encontrar-se um professor que se ocupe de incentivar seus discípulos, fazendo lhe nascer no espirito o amor á investigação científica ou mesmo á disciplina que estudam. Tal é a displicência (– quem sabe? – ignorância) de certos professores que ao invés de utilizarem esta arma poderosa – estímulo¹⁶⁴ – como meio para desenvolverem um certo grau de capacidade naqueles que lhes foram confiados, negam o merecimento da nota máxima (grau 10) aos alunos, mesmo áqueles que apresentam um exercicio isento de erros! (SAMPAIO, 1948, p. 2).

O que se percebe repetidas vezes nesse discurso são cruzamentos entre postulações da pedagogia tradicional e princípios *escolanovistas*. Em seus posicionamentos escritos, Coelho Sampaio não se configurava como um militante escancarado de um ensino tradicionalista.

Ao contrário, é possível encontrar nos seus discursos aparente apreço pela pedagogia moderna, pela construção de um professor hodierno, pelo ensino moderno ou mesmo pela Escola Nova, quase sempre sob a legitimação de que os países considerados mais avançados, sobretudo europeus, já haviam adotado metodologias pautadas por um discurso renovador, identificadas com o novo.

Fala-se aqui em discurso renovador como característica da Escola Nova, em função do entendimento de que muitas mudanças ditas como novidade pelo movimento *escolanovista* não eram de fato inovações. Uma das principais investidas desse grupo de intelectuais na década de 1920 foi construir-se sob um invólucro discursivo pautado em pretensas ideias de pioneirismo e inovação, com representações autoconstruídas de precursores das teorias e práticas por uma nova escola. Não é à toa que o primeiro libelo que esse movimento pôs em circulação intitulou-se *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Entretanto, desde o século XIX, já circulavam ideias afirmadas como novas pelo *escolanovismo*. No trecho citado, a ideia de estímulo pelo conhecimento por ele destacada parece estar alinhada com o destaque dado pela Escola Nova a um processo de aprendizagem que priorizasse noções de ensino ativo e intuitivo, no qual uma das premissas fundamentais fosse ensinar o aluno a aprender a aprender.

Entretanto, o que se percebe é que por trás dessas bandeiras levantadas por Coelho Sampaio, que advogavam teorias e métodos ditos modernos ou adiantados, havia

um sem-número de convicções formadas sob moldes tradicionais de pensar o ensino. Destacar em primeiro plano a autoridade que deveria ter o professor em sala de aula já se configura como um indicativo da sua maneira tradicional de pensar o ensino.

Apesar de não ser possível caracterizá-lo integralmente em algum movimento pedagógico, é claro e evidente o seu afastamento teórico em relação à Pedagogia Libertária. No Brasil, essa vertente pedagógica surgiu no seio da classe operária, sobretudo afinada com propósitos de liberdade, transformação da sociedade e das engrenagens econômicas classistas, bem como ao combate veemente à tríade capitalismo, Estado e Igreja. Assim, essa defesa libertária por uma educação científica e racional se colocava avessa a dogmatismos.

Segundo a Pedagogia Libertária, retirar a instância religiosa dos currículos escolares não bastaria. Mesmo com princípios laicos, acreditava-se que a educação oficial buscava transmitir em seu ensino a conformação da criança segundo conveniências capitalistas.

Muitas vezes apoiados no pensamento de educadores libertários como Francisco Ferrer y Guardia, Paul Robin e Sebastián Fauré, os educadores concordantes com a Pedagogia Libertária objetivavam o incentivo do pensamento crítico, proporcionando uma infância livre para combater injustiças sociais e gestar uma nova sociedade, ou seja, esse projeto educacional era sobretudo de cunho social e coletivo.

Com certa obviedade, a construção dessa forma revolucionária de se pensar a educação, proposta pela Pedagogia Libertária, não deixara de repensar profundamente o papel do professor no processo ensino-aprendizagem. O bom mestre, de acordo com essa forma de se pensar a educação, não seria aquele que buscasse disciplinar e incutir nos educandos uma moral afinada com princípios burgueses e cristãos, como muitas vezes postulou Coelho Sampaio em sua coluna.

Não raras foram as vezes nas quais indivíduos – ligados ao magistério ou não – descreveram, no passado, ideais para a prática professoral de forma a destacar como inevitáveis, inerentes ou mesmo necessárias à prática docente, um cotidiano sofrível, que por falta de reconhecimento profissional tem seu dia a dia permeado por adversidades.

Não raras são as vezes em que é possível identificar, nos dias atuais, nos mais variados meios, discursos como esses que tecem representações da figura do professor

situadas mais próximas da ideia de missão do que de profissão, utilizando-as para justificar algo histórico: a desvalorização do trabalho docente.

No entanto, analisou-se, a partir das fontes pesquisadas, que lado a lado dessas idealizações missionárias, produzidas para se definir o que seria a função do mestre, existiam reivindicações de professores e professoras, quase em moldes de denúncia, que permitem ressaltar que a classe docente não passara inerte por esse processo de desvalorização de suas profissões.

Ao inverso, a palavra impressa foi um dos seus instrumentos de luta pela melhoria dos seus cotidianos de trabalhadores. Todavia, não basta crer que de um lado estavam os discursos que propalavam a abnegação do ser docente como tônica e de outro lado estavam os reclames profissionais, de modo apartado, isolado. Apesar de parecerem ser coisas opostas, os intercâmbios entre essas formas de significar e de construir o trabalho do professorado travaram relações nada simplistas.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Miguel Angelo de. **Cronologia ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Lei Orgânica do Ensino Normal. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Seção 1, p.116, 04 jan. 1946. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 02 jun 2014.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel e a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação**: Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU, 2002.

_____, CATANI, Barbara Denice (Org.). **Educação em Revista**: A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DE LUCA, Tania Regina. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. In: _____. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAMPAIO, C. Ensino e educação: ensinar e educar. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 5, 19 jan. 1944.

SAMPAIO, Coelho. Ensino e educação: ensinar e educar. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 5, 19 jan. 1944.

SAMPAIO, C. Ensino e educação: II - instruir e educar. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 5, 01 jun. 1944.

SAMPAIO, Coelho. Ensino e educação. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 2, 20 fev. 1948

VILLELA, H. de. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.